



Ferramentas metodológicas para transição agroecológica em unidades familiares do Pólo Rio Capim do programa PROAMBIENTE no Nordeste do Estado do Pará

Methodological tools for agro-ecological transition in family units pole Rio Capim PROAMBIENTE program in the State of Pará Northeast

VASCONCELOS, Marcelo Augusto Machado ¹; PEDROSO, Augusto José Silva ¹;
BIRANI, Sannah Mohamad ¹; RESQUE, Antônio Gabriel Lima ¹; LIMA, César Augusto Tenório ¹; KATO, Osvaldo Ryohei ²

1 Universidade Federal Rural da Amazônia – Campus Paragominas, e-mail:
marcelo.augusto@ufra.edu.br; augusto.pedroso@ufra.edu.br; sannah.birani@ufra.edu.br;
gabriel.resque@ufra.edu.br; cesar.tenorio@ufra.edu.br; 2 Embrapa Amazônia Oriental, e-mail:
okato@cpatu.embrapa.br.

Resumo: No Pólo Rio Capim do programa PROAMBIENTE foram desencadeadas várias etapas metodológicas junto aos agricultores familiares como a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Pólo (PD), Padrões de Certificação Socioambiental (PCSA), Diagnóstico Individual (DI), Plano de Utilização da unidade familiar (PU) e a construção de Acordos Comunitários (AC). Os resultados apontaram que as ferramentas metodológicas contribuem de forma significativa para produção e conservação ambiental do Pólo. Contudo, não se deve pressupor que essa metodologia seja uma solução simples para transição agroecológica. Neste sentido, é importante considerar os fatores de decisão (de caráter interno e externo) com os quais os agricultores deparam-se ao introduzir mudanças no uso da terra que serão capazes de fornecer maiores níveis produtivos e prestação de serviços ambientais o que denota a necessidade urgente de articulação entre políticas públicas agrícolas e ambientais.

Palavras-chave: uso da terra; plano de uso; agricultores familiares.

Abstract: Pole in Rio Capim PROAMBIENTE program were triggered several methodological steps along to family farmers as the preparation of the Pole Development Plan (DP), Environmental Certification Standards (PCSA), Single Diagnostics (DI), Use Plan of the family unit (PU) and the construction of Community Agreements (CA). The results showed that the methodological tools contribute significantly to production and environmental conservation Pole. However, one should not assume that this methodology is a simple solution to agro-ecological transition. Therefore, it is important to consider the decision factors (internal and external character) with which farmers are faced when introducing changes in land use that will be able to provide more productive levels and environmental services which indicates the need urgent articulation between agricultural and environmental policies.

key words: land use; use plan; family farmers.



Contexto

Na Amazônia, a questão ambiental é foco de discussões sobre as formas de implementação de programas e políticas de desenvolvimento para agricultura familiar. Estas discussões ocorrem num contexto em que é consensual que as políticas e programas destinados à produção familiar na Amazônia devem desenvolver mecanismos e formular instrumentos a potencializar práticas sustentáveis para a reprodução socioeconômica para este público.

Neste cenário, surgiu o programa de assessoria técnica, transição agroecológica e prestação de serviços ambientais, denominado Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE). O programa foi dirigido para a produção familiar agropecuária e agroextrativista, construído pelas organizações representativas dos agricultores e parceiros técnicos, apropriado como política pública pelo governo federal em 2003. O PROAMBIENTE é resultado de um conjunto de conhecimentos construídos no decorrer dos últimos anos, a partir da implementação de diversos projetos realizados em diferentes localidades da Amazônia, especialmente a do Projeto Reca, localizado na divisa dos estados de Rondônia e Acre, Projeto da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional/ Casa Familiar Rural – 25 de Julho (Ourém-PA) com apoio da Cooperação Alemã e do Projeto Roça sem Queima, no Oeste Paraense, todas geridas pelas organizações representativas dos agricultores que, de maneira ampla, propõem uma mudança de hábitos históricos, com base em uma nova concepção de desenvolvimento no campo.

Descrição da experiência

O programa foi implementado como experiência piloto no ano de 2003. No Pará, foram implantados três Pólos, dos quais dois da modalidade agropecuária e agroextrativista (Pólos Rio Capim e Transamazônica) e um de pesca artesanal (região do Marajó). No Pólo Capim foram desencadeadas várias ações metodológicas da assessoria técnica junto aos agricultores familiares, periodizando-se e discutindo pontos vistos pelas famílias como de maior importância para suas unidades familiares.

As etapas que se referem ao processo de construção do Pólo junto aos agricultores incluíram, principalmente, elaboração do Plano de Desenvolvimento do Pólo (PD) que é o estudo que retratou a realidade sócio-econômica-ambiental das famílias cadastradas; Padrões de Certificação Socioambiental (PCSA) que se referem ao conjunto de regras e leis que devem ser respeitadas pelas famílias e pelos grupos comunitários para que sejam prestados os serviços ambientais e a posterior a remuneração; Diagnóstico Individual (DI) que tem por objetivo levantar e estudar as informações sobre a realidade sócio-econômica-ambiental e subsidiar a construção do Plano de Utilização da unidade familiar (PU) e finalmente a elaboração dos Acordos Comunitários (AC) que é o documento pactuando em cada grupo



comunitário em respeito aos conceitos e valores do PROAMBIENTE, além de ser base para certificação e remuneração pelos serviços ambientais prestados.

Resultados

O Plano de Desenvolvimento do Pólo (PD) foi dividido em duas partes: um diagnóstico propriamente dito, feito com as técnicas do Diagnóstico Rápido e/ou Rural Participativo (DRP), com o objetivo de retratar a realidade sócio-econômica-ambiental da região do Pólo Rio Capim por meio das informações atualizadas sobre os diferentes grupos familiares, sistemas de produção, infraestrutura, meio ambiente, comercialização e do ponto de vista das organizações locais e instituições externas que atuam na região.

A segunda parte refere-se à elaboração das ações voltadas para o Pólo por meio de uma Matriz que foi realizada utilizando técnicas do Planejamento Estratégico (PE) para determinar basicamente as ações por objetivos e contemplar as principais estratégias das famílias para superar os obstáculos ao seu próprio desenvolvimento, além das diretrizes orientadoras e as ações mais urgentes do PD.

No que se refere ao PU, foram elaborados pelas famílias através do planejamento integrado familiar, sendo também usado como base para projetos técnicos de crédito rural, para o termo de ajustamento de conduta (TAC) e para o Licenciamento Ambiental (LA) da unidade familiar. O TAC é o documento firmado entre o agricultor e o órgão ambiental competente, identificando a localização da Reserva Legal (RL) existente e a projeção e o plano de recomposição das áreas de reserva que precisam ser recompostas. De acordo com a metodologia utilizada na elaboração dos PU, cada família foi estimulada a desenhar o uso atual do solo e o desejo das famílias em relação ao uso futuro da sua unidade familiar.

O PU constitui-se em um planejamento geral da unidade familiar, com base na capacidade de operacionalização dos membros familiares, previsto para um período de 15 anos, contendo ações de curto, médio e longo prazo. Vale ressaltar que o DI foi base para a construção do PU. Essas duas metodologias, mesmo estando correlacionadas, foram construídas em momentos diferentes, mas com o mesmo método do PD que se utilizou do DRP, sendo o DI e o PU adaptados para cada situação.

Já os ACs tiveram por objetivo promover a certificação dos serviços ambientais junto às famílias participantes do programa e, especificamente, garantir que seja respeitado o PCSA. Além de garantir que as famílias estejam cumprindo os PUs, dá poder aos grupos comunitários e contribui no ajuste dos planos de desenvolvimento. Considerando que um dos objetivos dos ACs foi o de garantir que as famílias estejam cumprindo os planos, é importante que uma família conheça os PUs das outras famílias. Por isso, foi feito um resgate dos planos elaborados. Dessa forma, cada família apresentava seu PU a partir dos mapas atual e futuro já elaborados. Essa socialização foi facilitada pela equipe técnica, apresentando os principais pontos comuns de conversão nos planos de cada grupo comunitário.



Após um ano de execução, os grupos deveriam rever seu acordo e apontar seus cumpridores e não cumpridores. Em seguida, pela proposta original do PROAMBIENTE, entidades cadastradas pelo programa iriam realizar auditorias de certificação para verificar os acordos. Como não foi possível se realizar auditorias em 100% do Pólo, a cada ano, por volta de 10% dos subgrupos devem ser auditados, fechando 100% da auditoria ao longo de 10 anos. Por outro lado, os subgrupos que não são auditados valem o que diz o acordo.

Cada subgrupo do Pólo se reúne e estabelece seu acordo, que apontava os compromissos coletivos para o cumprimento dos PU e o PCSA. Os ACs foram estabelecidos a partir dos compromissos definidos no PCSA em si (redução do uso do fogo, redução do uso de veneno, redução do desmatamento, etc.). Por exemplo, o grupo poderia definir estratégias coletivas para evitar a ocorrência de fogo acidental (por meio de mutirões, aceiros, etc.).

No quadro 1, podemos identificar os pontos, as demandas e as práticas de transição agroecológica ocorridas no processo de construção das metodologias da assessoria técnica, que foram discutidas nos PU, pactuadas nos ACs.



Quadro 1. Matriz das principais demandas

biofísicas das unidades familiares que estão nos PUs e ACs.

Pontos de Convenção	Tipo de Uso Atual	Unidade	Método de Conversão	Tipo de Uso Futuro	Unidade
Preparo de área com uso do fogo e aumento da área de roça-capoeira	Corte/queima + culturas alimentares + pousio	1 ha	Trituração/Tritucap, preparo s/ uso do fogo de forma manual e uso de aceiro	Culturas alimentares e evitar fogo acidental em <i>área de reserva legal</i> e <i>área de preservação permanente</i>	4 ha/ano
Roça sem perspectiva para SAFs	Culturas alimentares	2 ha	SAFs	Plantios de culturas alimentares, fruteiras, essências florestais destinadas p/ <i>área de reserva legal</i>	1 ha/ano
Recuperação da vegetação dos igarapés, rios, lagos, córregos e etc.	Vegetação desmatada	0,5 ha	Recuperação da vegetação ciliar com plantios de espécies nativas em geral (ao acaso)	Fruteiras e essências florestais, pesca familiar, banho diário e consumos em geral para animais e família e <i>área de preservação permanente restaurada</i> .	0,125/ano
Quintal com baixa produção e manejo inadequado	Criação a solta de pequenos animais	0,25 ha	Galinheiro agroecológico e formação de quintas florestais	Criação semiconfinada, Quintais florestais em uso (sementes e etc.) destinado p/ <i>área de reserva legal</i>	0,25 ha/ano
	Frutos da <i>unidade familiar</i> não aproveitados	-	Secador de frutas, farmácia viva e horta caseira.	Frutas dessecadas e armazenadas, plantas medicinais e hortas.	Uma unidade de cada
Inexistência e/ou “manejo inadequado” de açazais	Extrativismo de açaí sem manejo	1 ha.	Manejos de açazais e introdução de SAFs	Açazal manejado para consumo/ vendas e SAFs destinado p/ <i>área de reserva legal</i>	1 ha/ano
Desmatamentos das capoeiras	Pousio precoce e corte/queima	1 ha.	Desmatamento evitado, aumentado pousio e uso de aceiro.	Destinar p/ <i>área de reserva legal</i> .	1 ha/ano
Déficit da Reserva Legal (RL)	Cult. Alimentares e solteiras.	+ 80% desmata da	Manejo da capoeira, SAFs, abelhas e enriquecimento da capoeira.	SAFs, criação de abelhas, plantio de fruteiras e recuperação natural e acelerada da <i>área de reserva legal</i>	Recuperação de 80%
Processo de pecuarização, aumento da área de pastagem e manejo inadequado dos animais e do pasto	Pastagem degradada, gado sem manejo e ampliação das pastagens.	2 ha.	Sistema agrossilvopastoril, banco de proteína e pastejo rotativo.	Gado agroecológico e manejo da <i>área de reserva legal</i> e <i>área de preservação permanente</i>	2 ha/ano
Capoeira em via de desmatamento pousio precoce e baixa fertilidade	Pousio e retirada de lenha	1 ha.	Manejo e enriquecimento da capoeira	Enriquecimento com fruteiras e essências florestais e manejo da <i>área de reserva legal</i> .	2 ha/ano
	Capoeira desmatada e plantio de culturas alimentares	1 ha.	Introdução de apicultura (com ou s/ ferrão)	Capoeira enriquecida com apicultura destinada p/ <i>área de reserva legal</i>	10 cx/2 ha/ano
Inexistência de equipamentos agroecológicos na <i>unidade</i>	Nenhum	0,5 ha.	Viveiro de mudas	Produção de mudas	1.000
			Esterqueira	Adubação orgânica	1 unidade



<i>familiar</i>		Campo de leguminosas	Semente e adubação verde	0,5 ha
-----------------	--	----------------------	--------------------------	--------